

## ANÁLISE DE POLÍTICAS E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM 3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL

LUIZ HENRIQUE GARLET LEAL<sup>1</sup>; CARLA DE CARVALHO TEIXEIRA<sup>2</sup>;  
WILISTON FERNANDES ELEUTÉRIO<sup>3</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE  
MEDEIROS<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – garletluiz@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – carla.cteixeira99@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – ewiliston@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – alinenm@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Desde a implementação das políticas de cotas nas universidades federais na década passada, é evidente a transformação dos espaços acadêmicos outrora dominados por um público restrito. No entanto, apesar das medidas abrangentes para a inclusão de grupos minoritários nesses ambientes, torna-se evidente a persistência de diversos entraves que comprometem a plenitude da participação desses indivíduos. (BRASIL, 2012). Paralelo a isso, ao analisarmos a situação, é notório que pessoas com necessidades específicas, como aquelas com deficiência física, só tiveram oportunidades de inserção nas instituições de ensino superior com a Lei 13.409/2016, promulgada pelo governo de Michel Temer, que altera a legislação sobre cotas no ensino superior federal, que já contemplava estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. (BRASIL, 2016).

Percebe-se, ainda, a prevalência de obstáculos, as quais dificultam a livre circulação dos indivíduos que possuem limitações físicas, por exemplo. Assim, é evidente que as barreiras arquitetônicas, relacionadas à infraestrutura e aos espaços físicos, dificultam o deslocamento, a transferência e o direito de ir e vir dessas pessoas nesses espaços que por conseguinte afeta o pleno exercício da cidadania. (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2015).

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, nesse ínterim, criou uma Portaria Interministerial, a n. 323, de 10 de setembro de 2020, que visa tratar da acessibilidade das edificações de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal. Essa atitude promove coleta de dados sobre o atual cumprimento de regras que os espaços devam apresentar e diante dessa análise intervenção do Estado para a definição de metas de adequação dos imóveis às regras de acessibilidade. Nesse sentido, essa ação governamental parece aproximar os portadores de deficiências físicas aos espaços antes não alcançados, como as universidades. (GOV, 2022).

Todavia, assim como mencionado por Garcia, Bacarin e Leonardo (2018, p. 34) "assegurar a acessibilidade no contexto do ensino superior ainda é um tópico relativamente novo". Nesse contexto, expor os subsídios literários que abordam as diversas formas de obstáculos à acessibilidade no ensino superior se torna relevante, a fim de objetivar abordagens reflexivas da sociedade civil, especialmente às instituições universitárias, em relação às pessoas com deficiência que fazem parte do ambiente acadêmico.

Diante das informações supracitadas, esse artigo de revisão objetiva analisar a situação de estudantes com deficiência física em 3 universidades federais de ensino superior do Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande do

Norte (UFRN), na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

## 2. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste artigo de revisão baseia-se em uma abordagem sistemática e abrangente para coleta, seleção e análise de estudos relevantes sobre o tema das pessoas com deficiência física em três universidades públicas federais do Brasil. O processo de busca da literatura foi conduzido na base do Google Acadêmico e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram estabelecidos critérios de inclusão para selecionar os estudos, priorizando pesquisas publicadas nos últimos dez anos que abordassem diretamente as questões relacionadas aos desafios e as políticas de acessibilidade voltadas para a qualidade de vida das pessoas com deficiência física no contexto acadêmico.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (1996) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN criou em 2010 o Núcleo de Acessibilidade denominado Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Especial, com objetivo de propor ações que contribuam para o acesso, permanência e conclusão dos cursos de ensino superior pelos alunos com deficiência.

Entre as ações desenvolvidas pela comissão, foram criados laboratórios e setores de acessibilidade, com a intenção de tornar os espaços acessíveis. Além disso, foram desenvolvidas ações nesse intuito, dentre as quais se destacam: um sistema de diagnóstico das condições de acessibilidade física, um manual de acessibilidade juntamente com um guia de orientações básicas a respeito do assunto, eventos de capacitação de gestores e docentes locais, campanhas de acessibilidade, consultorias e construção de rotas e rampas acessíveis, tudo isso, a partir de uma equipe que conta com profissionais e bolsistas que trabalham diretamente no núcleo.

Nesse sentido, de acordo com as análises realizadas, a atuação do núcleo tem sido um importante referencial de articulação na universidade e tais ações promovidas têm fortalecido a política de acessibilidade, com consequente melhoria nas condições de aprendizado de alunos com necessidades específicas.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), foram analisadas condições de acessibilidade para deficientes físicos em diversos espaços do campus do Guamá. Destarte, verificou-se insuficiências de adequações que resultam em dificuldades de locomoção, destacando rampas quebradas, colunas e vasos que estreitam a passagem, ausência de rampas e elevadores, rampas sem corrimão, portas estreitas e desnivelamento nos pisos, barreiras físicas que prejudicam a locomoção e autonomia dos alunos portadores de deficiências físicas. É importante destacar que, todos os problemas apresentados são classificados no manual de acessibilidade da ABNT (2004), que possui caráter obrigatório de cumprimento pela instituição. Dessa forma, verificou-se que a UFPA atende parcialmente as adequações necessárias, devendo prezar pela efetivação de melhorias de barreiras físicas e arquitetônicas que permitam uma equidade entre os universitários.

Um terceiro estudo realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) fez uso da tecnologia do Sistema Global de Posicionamento (GPS) para

identificar os elementos para acessibilidade de indivíduos que utilizam cadeiras de rodas, em uma área de atendimento à saúde para público interno e externo. Foram analisados 10 acessos, que por sua vez, foram classificados conforme a Tabela abaixo.

Classificação	Característica	Número de acessos
Acessibilidade Alta	Boa condição física do piso e inclinação correta	1
Acessibilidade Moderada	Pisos rachados e inclinação correta	3
Acessibilidade Baixa	Inclinação fora do padrão e locomoção dificultada	2
Acessibilidade Muito baixa	Inclinação fora do padrão e necessidade de acessibilidade assistida	4

Tabela 1 - Classificação dos acessos

Partindo desta análise, verificou-se que apenas 4 acessos possuem inclinação indicada. Além disso, outros agravantes foram identificados, como falta da sinalização indicativa das rampas, trechos irregulares, piso quebrado ou rachado, falta de padrão entre as calçadas e presença de obstáculos físicos.

Nesse sentido, a falta de padronização é um grave fator de impedimento à mobilidade e acesso dos indivíduos cadeirantes que fomenta a dificuldade de uma locomoção segura e autônoma por alunos, servidores e público em geral.

#### 4. CONCLUSÕES

Com base no exposto, infere-se que as políticas voltadas para pessoas com deficiência dependem fundamentalmente da construção de marcos normativos, que a partir de uma base legal consolide ações. Nesse sentido, torna-se claro que as três instituições estudadas seguem em busca de uma melhor adequação quanto à acessibilidade, seja através de ações políticas ou análise das condições físicas presentes.

A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostraram um melhor desempenho efetivo em busca das adequações necessárias. No entanto, a Universidade Federal do Pará foi a única que encontrou-se, no momento deste estudo, com piores adequações de acessibilidade exigidas pela Lei nº 9.394 (1996) e manual de acessibilidade da ABNT (2004) enfatizando a necessidade de melhorias das condições físicas e arquitetônicas de forma que permitam uma equidade entre os universitários.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Cotas Para o Ensino Superior**. Portal.mec.gov.br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html](http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html)

SENADO FEDERAL. **Lei de Cotas Para Pessoas com Deficiência em Universidades Federais já Está Em Vigor**. Senado Notícias, 05 jan. 2017. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em : [www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/05/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-em-universidades-federais-ja-esta-em-vigor](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/05/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-em-universidades-federais-ja-esta-em-vigor)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050/2015: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: [http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA\\_NBR-9050.pdf](http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf)

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Acessibilidade nas edificações do MMFDH**. Gov.Br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/acessibilidade/acessibilidade-nas-edificacoes-do-mmfdh>

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência**. Gov.Br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-leva-m-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v.22, n. especial, p. 33-40, 2018.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v.22, n. especial, p. 57-66, 2018.

COSTA, M. F. L.; SOUZA, C. T. R. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na universidade federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara. v.9, n.2, p. 459-469, 2014.

ROCHA, E. C. O.; TEIXEIRA, A. M. A.; LIRA, M. M. P.; CANDEIAS, A. L. B.; SÁ, L. A. C. M. Imagens de alta resolução na análise da acessibilidade para cadeirantes na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. **Revista Brasileira de Geomática**. Curitiba. v.4, n. 3, p.146-154, 2016.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília. v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.